



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO referente ao Procedimento Administrativo nº 398/2025

"Dispõe sobre análise de solicitação de isenção de IPTU do Sindicato dos Trabalhadores, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA".

Trata-se de solicitação de isenção de IPTU do Sindicato dos Trabalhadores, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA. O requerimento foi apresentado administrativamente perante a Secretaria Municipal de Tributos, tendo por finalidade a regularização da situação fiscal dos imóveis (matrículas nº 00848 e 003013) perante o Município.

Diante do pedido, a Procuradoria Municipal foi instada a se manifestar sobre a possibilidade jurídica de concessão da mencionada isenção tributária.

É o Relatório.

Segue Parecer Jurídico

FUNDAMENTAÇÃO:

Da natureza jurídica do imposto

O IPTU é um tributo de competência dos Municípios, conforme o art. 156, I, da Constituição Federal. O Código Tributário Nacional (CTN), por sua vez, em seus arts. 32 a 34, disciplina os aspectos da incidência do referido imposto.

Art. 156 CF/88. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana;
[...]

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

urbana do Município.

Art. 34 CTN. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

A Constituição Federal, em seu art. 150, inciso VI, alínea "c", estabelece:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, **é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

VI - **Instituir impostos sobre:** (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das **entidades sindicais dos trabalhadores**, das instituições de educação e de assistência social, **sem fins lucrativos**, atendidos os requisitos da lei;

O art. 14 do CTN prevê os requisitos para a imunidade tributária:

Art. 14 CTN. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela LCP nº 104, de 2001);

II - Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Portanto, há imunidade tributária recíproca para os sindicatos dos trabalhadores, desde que cumpra os requisitos, tais quais: seja entidade sem fins lucrativos; seja sindicato de trabalhadores (e não patronais); o imóvel seja utilizado nas finalidades essenciais da entidade.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA

PROCURADORIA MUNICIPAL

Outrossim, a presente situação se enquadra nos requisitos ora exigidos.

Ressalva-se que a imunidade é autoaplicável e objetiva, não dependendo de previsão em lei municipal, mas podendo ser disciplinada por legislação infraconstitucional quanto ao seu reconhecimento e controle administrativo.

No requerimento ora solicitado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA declara expressamente que cumpre os requisitos ora exigidos para isenção. Ressalta-se que no requerimento constata-se que o imóvel em questão é utilizado como sede do Sindicato Rural, o que corrobora a sua destinação para os objetivos institucionais da entidade.

É relevante destacar que a imunidade não se confunde com a isenção. A imunidade é uma limitação constitucional ao poder de tributar, enquanto a isenção é uma dispensa legal do pagamento do tributo. No caso em tela, trata-se de um pedido de reconhecimento de imunidade, de modo que ao ratificar a imunidade, corrobora-se a necessidade de isenção do IPTU ora cobrados para a entidade sindical.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, verifica-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA preenche, em tese, os requisitos constitucionais e legais para o reconhecimento da imunidade do IPTU sobre o imóvel utilizado como sua sede. Outrossim, opina-se favoravelmente pela imunidade e isenção tributária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA.

Recomenda-se ao Setor de Tributos que, após a verificação da regularidade da documentação e dos fatos apresentados e, se entender necessário, de outros documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos do art. 14 do CTN, **proceda** ao reconhecimento da imunidade tributária referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA

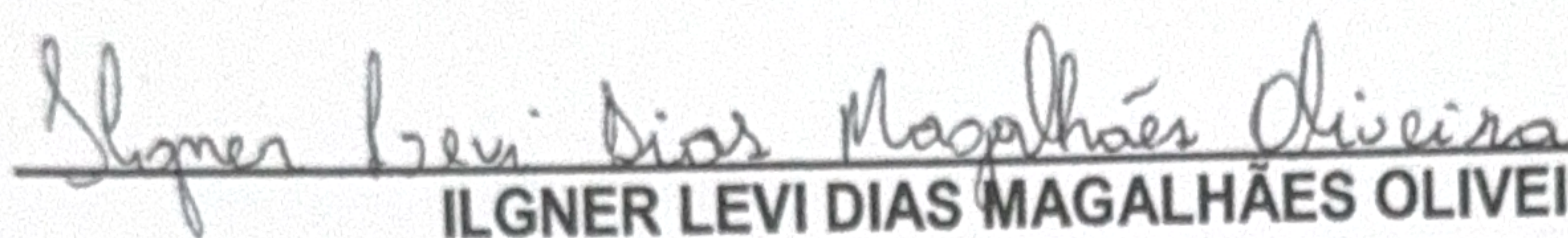
PROCURADORIA MUNICIPAL

consequente isenção tributária dos imóveis em questão.

É o parecer.

Devolvo o processo para que sejam encetados os esforços necessários à efetivação *in casu*.

Retirolândia/BA, 26 de junho de 2025.



ILGNER LEVI DIAS MAGALHÃES OLIVEIRA

Procurador Municipal – OAB/BA 76.690



RETIROLÂNDIA

GOVERNO A SERVIÇO DO POVO